



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO-PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

REPRESENTAÇÃO Nº 76 /2017/MP – EFC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por intermédio de sua procuradora signatária, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e a fiscalização de sua execução, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com base no disposto nos artigos 54, I e 288 da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, vem perante Vossa Excelência oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO**, em face do Excelentíssimo Senhor **JAMILSON RIBEIRO CARVALHO**, Prefeito Municipal de Anori, **em razão da omissão em responder à Recomendação nº 51/2017/MPC – PG, de 17.05.2017, deste Ministério Público de Contas**, no tocante à atualização do Portal de Transparência municipal, conforme legislações vigentes.

Com fundamento nos artigos 93 c/c 88 da Constituição Estadual, no parágrafo único do art. 116 da Lei 2.423/96 e no artigo 55 do Regimento Interno, este *Parquet* de Contas, na Recomendação sobredita, orientou ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Anori que:

Regularizasse o sobredito Portal de Transparência, conforme os critérios existentes nas legislações voltadas para a transparência na Administração Pública e os apontamentos trazidos pela Recomendação.

Na Recomendação nº. 51/2017/MPC – PG, de 17.05.2017, fixou-se um prazo de 15 (quinze) dias para envio de resposta aos termos desta, tendo a mesma sido recebida dia 13.06.2017,



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Procuradora Evelyn Freire de Carvalho



conforme aviso de recebimento, e sido reiterada, no dia 17.07.2017, pelo Ofício 509/2017/MP – EFC, contudo, perdurou-se a inadimplência relativa à resposta.

Desse modo, como o responsável ficou-se silente, faz-se essencial que esta Corte de Contas apure mais detidamente o fato, com o fito de identificar eventuais ilegalidades e os respectivos responsáveis, com destaque na apuração de possível burla ao princípio da publicidade.

Pelo exposto, o Ministério Público de Contas requer a Vossa Excelência:

1. Determinar a **APURAÇÃO** do fato, mediante identificação de possível ilegalidade desta Prefeitura Municipal de Anori, assim como a consequente emissão de relatório conclusivo;
2. Aplicar a **MULTA** prevista no art. 54, IV da Lei 2.423/96, pelo não atendimento, sem causa justificada, à requisição do *Parquet* de Contas;
3. Dar **CIÊNCIA** a este Ministério Público acerca das providências adotadas e dos resultados alcançados.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em Manaus, 29 de agosto de 2017.


Evelyn Freire de Carvalho

Procuradora de Contas

9ª Procuradoria